

NEWSLETTER

INSTITUTO JURÍDICO
DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SUMÁRIO

Notícias IJ

PAG. 2

Agenda IJ

PAG. 4

Desafios IJ

PAG. 6

1 2 9 0



INSTITUTO JURÍDICO
FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Numa sequência de editoriais feridos pelas circunstâncias do presente (pelos ciclos de silêncio e de superação da crise pandémica), este é seguramente o mais doloroso. Se os sinais reunidos nas últimas semanas (tímidos embora) nos prometiam um retomar luminoso (trazendo-nos enfim a libertação dos rostos e a dinâmica calorosa das missões *in* e *out*, com os diálogos únicos que estas proporcionam), uma impensável explosão de furor e de barbárie submete-nos agora a novos abismos, de uma ominosa escuridão, relativizando as nossas pequenas preocupações do quotidiano e conferindo à incerteza um avassalador protagonismo.

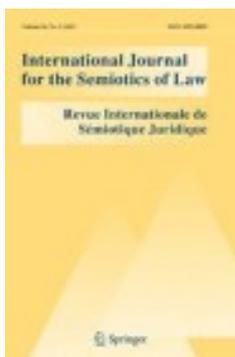
Estando esta introdução a ser escrita poucas horas depois de, numa iniciativa sem precedentes, a nave do Colégio da Trindade ter sido inundada pelas vozes fulgurantes das aves de Olivier Messiaen (2 de Março, ver infra Notícias IJ- II), pos-sam estas vozes trazer-nos, tão brevemente quanto possível, a luz, a primavera e a esperança de que subitamente fomos privados. *The abyss is Time, with its sadnesses and tediums. The birds are the opposite of Time; they are our desire for light, for stars, for rainbows and for jubilant outpourings of song!*

J. M. Aroso Linhares



I. Últimas Publicações do IJ

a) Publicações coordenadas pelo IJ



INTERNATIONAL JOURNAL FOR THE SEMIOTICS OF LAW – REVUE INTERNATIONALE DE SÉMIOTIQUE JURIDIQUE

VOL. 35, ISSUE 1 – SPECIAL ISSUE: THE LIMITS OF LAW

Coordenadores: José Manuel Aroso Linhares, Ana Margarida Gaudêncio, Inês Godinho

ISSN: 1572-8722

É o n.º 1 do Volume 35 do International Journal for the Semiotics of Law, publicado em fevereiro de 2022. Esta publicação tem como tema “The Limits of Law”, foi coordenada por José Manuel Aroso Linhares, Ana Margarida Gaudêncio e Inês Godinho, contando ainda com artigos de investigadores do IJ, nomeadamente Brisa Paim Duarte, Susana Aires de Sousa e Inês Fernandes Godinho.

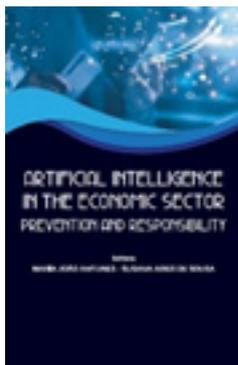


TERRORISMO: LEGISLAÇÃO COMENTADA – TEXTOS DOUTRINAIS

Coordenadores: José Manuel Aroso Linhares e Maria João Antunes

DOI: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2181-4>

A presente obra reconhece a oportunidade-exigência de nos concentrarmos na Lei n.º 52/2003 e na cadeia de alterações que a foram até hoje transformando. É este patamar reflexivo — cumprido sob o *modus* de um comentário — que a primeira parte preserva. A segunda impõe-se sem soluções de continuidade: trata-se ainda de desenvolver um comentário legislativo e de o dirigir ao espectro de soluções geradas pela revisão da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, um dos contextos sistemáticos autoritário-prescritivos (mas também uma das *ocasiones* históricas, ferida pelo “*affaire*” Charlie Hebdo) que a interpretação da Lei hoje inevitavelmente assimila. A terceira parte desenvolve-se com outras intenções a partir do tema que sustenta a obra como um todo — o da(s) resposta(s) do Direito ao problema do terrorismo.



ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN THE ECONOMIC SECTOR: PREVENTION AND RESPONSIBILITY

Coordenadoras: Maria João Antunes e Susana Aires de Sousa

DOI: 10.47907/livro2021_4

ISBN: 978 -989 -9075 -18-4

Os avanços na ciência e tecnologia podem ser extremamente úteis na busca da eficiência econômica, mas também da equidade e da justiça; também podem ser um caminho acelerado para um direito de tipo securitário, capaz de sacrificar, em poucos passos, valores concebidos como essenciais na sociedade atual. Alguns exemplos podem ser brevemente apontados, como o direito à privacidade e intimidade ou a liberdade de expressão e de escolha. Optar por um direito securitário, baseado no potencial e nas possibilidades que essa nova tecnologia apresenta, pode ter um custo muito alto na restrição de direitos fundamentais ao promover uma resposta criminal a um crime que ainda não existe. E com isso, uma pessoa “rotulada” como de alto risco pela máquina fica privada da possibilidade final de não realizar o (futuro) crime. Um direito securitário, desvinculado, no tempo e no espaço, de um facto criminoso (e, portanto, de um dano real aos valores jurídicos), centrado no agente. Seria um “direito punitivo” com punição mas sem crime para punir.

II. Últimos eventos do IJ



17 FEVEREIRO 2022

O DIREITO N(UM)A HORA - TERRORISMO: QUANDO É QUE HÁ CRIME?

O evento procurou estimular e qualificar o debate sobre terrorismo e contou com a participação de Nuno Brandão, investigador do IJ e Professor da FDUC, e António Miguel Veiga, investigador do IJ e Juiz. A organização do debate esteve a cargo de José Manuel Aroso Linhares e Maria João Antunes, coordenadores do livro “Terrorismo: Legislação Comentada – textos doutriniais”.

I. Vida interna do IJ

i. André Dias Pereira e Ana Gaudêncio, Investigadores Integrados do Instituto Jurídico, fazem parte da equipa de juristas criada pelo Centro Internacional de Direito Ambiental Comparado (CIDCE), com o objetivo de preparar um projeto de convenção sobre pandemias. Esta iniciativa visa dar resposta à reunião extraordinária da Assembleia Mundial da Saúde, realizada em Genebra, de 29 de novembro a 1 de dezembro de 2021, sobre a preparação e adoção de uma Convenção Internacional ou instrumento similar sobre preparação e resposta a pandemias, da qual resultou um projeto de convenção. O CIDCE é uma ONG internacional independente especializada em direito ambiental, cuja vocação também inclui a proteção da saúde humana e animal. Daí a sua preocupação em conceber um instrumento juridicamente vinculativo que permita à Humanidade estar preparada e unida perante os perigos de uma pandemia.

ii. Foram divulgados os relatórios elaborados pela equipa do IJ no âmbito do projeto *“Addressing gaps in the implementation and management of alternatives to imprisonment and post-release support during the COVID-19 global pandemic”*, coordenado pela *Penal Reform International* e apoiado pela *Fondation Internationale Pénale et Pénitentiaire* (FIPP). A publicação inclui um relatório sobre Portugal e um estudo comparativo entre vários países.

O projeto, que decorreu de março a dezembro de 2021, visou analisar o impacto da pandemia de Covid-19 na execução das penas não privativas da liberdade, na libertação de reclusos e, em geral, no funcionamento dos serviços de reinserção social. A investigação sobre o tema foi levada a cabo em quatro países (Portugal, Hungria, Geórgia e Quirguistão). Além da investigação sobre o cenário português, a equipa do IJ elaborou um estudo comparativo sobre o tema abrangendo os Estados-Membros da União Europeia

iii. Foi lançado o primeiro título que integrará a Coleção Desafios Societais e Direito: Terrorismo. Esta coleção é fruto de uma parceria com a Imprensa da Universidade de Coimbra e conta com coordenação científica do Instituto Jurídico. A obra, intitulada *“Terrorismo: Legislação Comentada – textos doutrinários”*, foi coordenada por José Manuel Aroso Linhares e Maria João Antunes.

iv. Realizou-se, no dia 25 de fevereiro, pelas 17:15h, em modalidade remota, reunião do Conselho Científico do Instituto Jurídico, da qual resultou a aprovação tanto do Relatório de Atividades do Instituto referente ao ano de 2021 como da Ata do anterior Conselho Científico.

II. Eventos Programados do IJ



2 A 15 MARÇO 2022

EXPOSIÇÃO «DIREITO E PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA NO TEMPO DA CIÊNCIA: O SÉCULO DE HANS ALBERT (N. 1921)»

De 2 a 15 de Março, o Instituto Jurídico promove a exposição «Direito e princípio da congruência no tempo da ciência: o Século de Hans Albert (N. 1921)», na Capela do Colégio da Trindade, integrada na XXIV Semana Cultural da Universidade de Coimbra.

A inauguração da exposição, no dia 2 de Março, às 14.30 horas, conjugará uma conferência-debate (consagrada ao desafio da inteligência artificial) e um intenso momento musical com o *Quatour pour la fin du temps* (nos 20 anos da morte de Messiaen e nos 81 da estreia do quarteto no campo de concentração de Stalag VIII), bem como uma apresentação das atividades do Institut Hans Albert.



24 MARÇO 2022

WEBINAR “INSOLVÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS. A LEI N.º 9/2022: AS ALTERAÇÕES RECENTES”

Realiza-se no dia 24 de março, às 14h, o *Webinar* sobre “Insolvência e Recuperação de Empresas. A Lei n.º 9/2022: As alterações recentes”. Este *webinar* é o primeiro evento de uma série de outros a realizar em 2022, sob o lema “Direito em mudança (2022)” que serão organizados pelo IJ. Organizado pelo Doutor Alexandre Soveral Martins, este evento irá percorrer as principais novidades que resultam da Lei N.º 9/2022, em transposição da Diretiva UE 2019/1023, contando com advogados e juizes, de forma a preparar o Congresso Internacional de 3 de junho.



26 A 28 MAIO 2022

COLÓQUIO “JUSTICE AS TRANSLATION AND COUNTER-STORYTELLING”

O presente Colóquio será organizado conjuntamente pelo Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, pela Italian Society for Law and Literature (ISLL) e pela Associação Portuguesa de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social (ATFD).

Numa passagem bem conhecida de *The Narrative Paradigm* (Communication Monographs, vol. 52, 1985, p. 350), Walter Fisher argumenta que a “racionalidade narrativa”, uma vez que “celebra os seres humanos” como “contadores de histórias”, deve ser tratada como uma “tentativa de recapturar o conceito de phronesis de Aristóteles”. É este topos central na reabilitação contemporânea do pensamento prático (projetado no mundo prático específico do Direito) que o Colóquio irá explorar, prestando ao mesmo tempo atenção à pluralidade de abordagens que permite.

I. Chamadas para Bolsas

i. Erasmus+

Estão a decorrer vários concursos no âmbito da edição 2022 do programa Erasmus+.

Destacam-se, em particular, os concursos dentro da Ação 2, tais como Mestrados Erasmus Mundus, Academias de Professores, Parcerias de Cooperação, Capacitação, Inovação e Desporto, e ainda as Ações Jean Monnet.

Serão valorizados projetos educativos de cooperação transnacional que contribuam para a melhoria do ensino, aquisição de competências, partilha de boas práticas e transferência de inovação, que abordem as prioridades horizontais da União Europeia para 2021-2027:

- Transformação digital;
- Ambiente, o clima e a sustentabilidade;
- Inclusão e a diversidade;
- Participação na vida democrática.

Mais informações: www.uc.pt/dapi/programas-europeus/erasmus-2021-2027

ii. Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento - 2022

O concurso de bolsas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) apoia investigadores, em qualquer área do conhecimento, que pretendam desenvolver atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de Doutor.

As Bolsas de Investigação para Doutoramento destinam-se a candidatos inscritos em ciclo de estudos conducente à obtenção do grau académico de Doutor, ou candidatos que satisfaçam as condições necessárias para se inscreverem, e que pretendam desenvolver atividades de investigação conducentes à obtenção desse grau em todas as áreas do conhecimento.

Prazo de candidatura: **8 de março a 7 de abril de 2022**

Mais informações: <https://www.fct.pt/apoios/bolsas/concursos/individuais2022.phtml.pt>

II. Chamadas para Comunicações e Publicações

i. Número Especial da Revista *Droit Public Comparé - Comparative Public Law* (DPC-CPL)

A Revista *Droit Public Comparé - Comparative Public Law* é uma revista bianual inteiramente dedicada ao Direito Público Comparado. O seu objetivo é desenvolver e promover o estudo do Direito Público nacional e supranacional. A publicação é exclusivamente digital e de acesso aberto. A linha editorial da revista abrange o Direito Público Comparado, entendido no sentido mais amplo, nomeadamente: estudos de Direito Público estrangeiro (Direito Administrativo, Direito Constitucional); a comparação entre ordens jurídico-públicas nacionais; a comparação de normas supranacionais; a migração de modelos jurídicos; as interações entre sistemas jurídicos; a teoria do Direito Comparado.

A presente edição especial acolhe artigos no campo do Direito Comparado da Propriedade Pública, sendo admitidos todos os tipos de abordagem – histórica, positivista, comparativa, sociológica, etc.

Prazo de submissão de resumos: **31 de Maio 2022**

Mais informações: https://mcusercontent.com/47624183ad52dd8428c97d3f6/files/0025fd25-1a22-fe05-f443-bb4e05c35f83/Call_for_papers_Public_properties_in_comparative_public_law.pdf

ii. Obra coletiva: **Tributação, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável: Perspetivas do Sul Global**

Os direitos humanos desempenham um papel integral nas finanças públicas dos Estados nas diferentes partes do mundo. Além disso, a literatura e relatórios recentes indicam que o sistema tributário é fundamental para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável e a realização dos direitos humanos. Extraíndo lições do Sul Global, a presente obra pretende examinar em que medida os direitos humanos podem ser invocados no debate sobre a criação de regimes fiscais eficazes nas várias jurisdições.

Os organizadores da obra procuram contribuições que contenham análises conceptuais e estudos nacionais sobre tributação, direitos humanos, e desenvolvimento sustentável. O objetivo é apresentar perspetivas comparativas, históricas e contemporâneas que permitam o intercâmbio de ideias, práticas e soluções inovadoras em matéria de tributação e direitos humanos e a melhoria da sua eficácia no Sul Global.

Prazo de submissão: **30 de Março 2022**

Mais informações: <https://www.afronomiclaw.org/category/news-and-events/call-book-chapter-abstracts-taxation-human-rights-and-sustainable>

iii. Intersections. East European Journal of Society and Politics (IEEJSP)

O *East European Journal of Society and Politics* (IEEJSP) convida artigos originais de investigação para o seu número temático da revista Intersections. São solicitados artigos originais de investigação para o número temático sobre Padrões Argumentativos no Direito (editado por Viktor Lőrincz e Miklós Könczöl, do Centro de Ciências Sociais, Budapeste). Nas últimas duas décadas, duas correntes principais parecem ter surgido no campo da investigação da argumentação. Por um lado, a teoria tradicional das falácias argumentativas está a ser posta em causa, com tipos específicos de argumentos a serem examinados e interpretados como “argumentos fracos” em vez de falhas lógicas ou tentativas de argumentação ilegítimas. Por outro lado, a emergência de modelos de mineração de dados e de modelos de argumentação computacionais facilitou consideravelmente o estudo empírico dos padrões e práticas quotidianas de argumentação. Nesta edição temática, o IEEJSP procura publicar artigos que apliquem os conhecimentos destas tendências ao estudo empírico do raciocínio jurídico.

Prazo para a submissão de resumos: **15 de Abril de 2022**

Mais informações: <https://intersections.tk.hu/index.php/intersections/announcement/view/34>

III. Chamadas para Projetos

i. Concurso FCT para Projetos em Todos os Domínios Científicos

A FCT publicou o Aviso para Apresentação de Candidaturas ao novo Concurso de Projetos em todos os Domínios Científicos. O concurso tem uma dotação orçamental de 75 milhões de euros e apoiará duas tipologias de projetos:

1. Projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT), com uma duração de 36 meses e financiamento máximo por projeto de 250 mil euros. A dotação orçamental destinada a esta tipologia é de 55 milhões de euros;
2. Projetos de investigação de carácter exploratório (PeX), com uma duração de 18 meses e financiamento máximo por projeto de 50 mil euros. A dotação orçamental destinada a esta tipologia é de 20 milhões de euros.

As candidaturas serão submetidas em língua inglesa através do Portal de Concursos da FCT.

Período de submissão: **entre 8 de fevereiro e 10 de março de 2022**

Mais informações: <https://www.fct.pt/apoios/projectos/concursos/ICDT/index.phtml.pt>



ij.fduc